

Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Educação Física Escolar - Pôster

ATIVIDADES DE AVENTURA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Estêvão Kwame Leitão Mateus Pereira Oliveira Ueberson Ribeiro Almeida¹

Diante dos desafios da desigualdade social e da importância da universalização das Atividades de Aventura como conteúdo da Cultura Corporal de Movimento, este trabalho apresenta as Atividades de Aventura como prática corporal a ser problematizada e democratizada, no sentido da ampliação do acesso e combate às iniquidades no contexto do Estado do Espírito Santo. Tem por objetivos: a) mapear as instituições escolares com aporte para a prática de Atividades de Aventura; b) identificar professores de Educação Física que trabalham ou que têm interesse em trabalhar com o referido conteúdo em suas aulas e c) estimular o debate sobre as relações entre os conhecimentos produzidos nas intervenções de Atividades de Aventura e as Políticas Públicas de Educação que possam difundir e multiplicar esses saberes. A prática de Atividades de Aventura envolve fatores significativamente positivos em jovens e crianças. O desenvolvimento da autoestima e a superação de desafios por meio de atividades de cooperação gera vínculo entre as crianças e o meio ambiente, estimulando o uso sustentável dos recursos naturais. A "aventura" está em explorar ambientes desconhecidos e ressignificar os espaços à nossa volta. Os riscos envolvidos nessas aulas podem ser controlados, mas a necessidade do uso de equipamentos sofisticados de proteção individual e do domínio de técnicas de segurança contribui para a baixa oferta do conteúdo nas aulas de Educação Física. A relação entre as Atividades de Aventura e o viés estamental de política de acesso está visível na homogeneidade dos grupos que se reúnem para praticá-las. De um lado, jovens com o elevado grau de autonomia que provém da posse dos recursos econômicos e materiais suficientes para

-

¹ Contatos dos autores: estevaokwame@gmail.com; mateus.p.oliveira10@hotmail.com; uebersonribeiro@hotmail.com;





lhes proporcionar mobilidade de escolha de sítios particularmente desafiadores e uso de equipamentos adequados para atingir metas de desempenho com segurança. Em outras palavras, mobilidade para ir aos locais mais procurados, comprar equipamentos sofisticados, frequentar academias de treinamento e fazer cursos com profissionais experientes. Noutra vertente, jovens cuja compleição favorável à prática de Atividades de Aventura foi formada, desde a infância, no enfrentamento das agruras que a vida impõe, que fazem da necessidade de superar barreiras físicas, cognitivas e atitudinais em prol da sobrevivência cotidiana, oportunidades de exercitar ludicamente, em sítios próximos aos que habitam, habilidades corpóreas e o manejo de instrumentos artesanais e complexos, todavia, com pouco acesso aos equipamentos de proteção oficiais. O paradigma da Cultura Corporal sugere uma prática pedagógica comprometida com a transformação social (NETO, et al, 2017), nesse sentido, o estudo argumenta que o acesso a este conteúdo deve ser público, sendo necessária a implantação de projetos, programas e atividades governamentais capazes de atender a essa expectativa. As experiências de professores com as Atividades de Aventura chamam a atenção para possibilidades de vivência dessas atividades na escola, compartilhando conceitos, equipamentos, procedimentos e atitudes para que se construa um projeto que, de fato, dê possibilidades aos estudantes de escolas da rede pública de ensino acessarem este conteúdo. A sugestão de uma prática pedagógica comprometida com a transformação social se dá na construção de posturas mais abertas às diferenças e, consequentemente, a construção de uma sociedade mais plural (ABRAMOWICZ, et al, 2006). Para tanto, o resultado do estudo aponta para a necessidade de um espaço adequado, que propicie a formação continuada dos grupos interessados em atuar no campo das atividades de aventura, buscando mapear as escolas interessadas em propor políticas públicas educacionais, minimizando as desigualdades em torno da prática corporal, possibilitando, desde cedo, o enfrentamento ao preconceito racial e social.

Palavras-chave: Atividades de aventura. Formação de professores. Políticas Públicas. Educação Física. Cultura Corporal de Movimento.





REFERÊNCIAS

ABRAMOWICK, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

NETO, Gabriel Pereira Paes; FURTADO, Renan Santos; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro. Esporte cultura corporal e hegemonia. **Germinal Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 227-236, abr. 2017. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13430. Acesso em: 11 ago. 2018.

ROSA, I. M.; VENTURA, A. L.; SILVA, S. M.; COSTA, K. Acolhendo a Diversidade. **IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)**, out. 2009, PUCPR, p. 9223. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2459_2134.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.